



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 12/02/2019**

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, no Centro Administrativo São Sebastião/CASS, Rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco I - Sala 649, em segunda convocação, reuniu-se ordinariamente o Colegiado do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), das catorze e trinta às dezoito horas. Pelo segmento dos usuários; conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheira suplente Regina Clélia de Oliveira Bueno (Grupo pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro suplente Delair Caetano Gomes Filho (Sindicato dos Empregados de Empresa de Asseio e conservação do Município do Rio de Janeiro); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro - ACAMURJ); conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria da Glória Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Adelson Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP. 4.0); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP. 5.1); conselheiro suplente José Thomaz da Conceição (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1), conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Alzira Prata Faria (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO) e o conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI); Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheira suplente Dayse Demori Gomes da Silva Peres (Secretaria Municipal de Saúde - SMS), conselheira Lúcia Maria Lafayette Rodrigues Pereira (Secretaria Municipal de Saúde); conselheira Carla Lopes Porto Brasil (Secretaria Municipal de Saúde); conselheira Márcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde); conselheira Camila Nascimento (Viva Rio) e a conselheira Maria Lúcia Freitas Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Pauta da reunião ordinária: **Distribuição** da ata de 15/01/2019. **1) Deliberação** da ata de **11/12/2018**; **2) Deliberação** dos processos: **09/004501/2016**. Assunto: Descredenciamento **UNTR** – Unidade de Nefrologia, Diálise e Transplante Renal Ltda; **09/002273/2016**. Assunto: Habilitação de Serviço de Alta Complexidade em Cirurgia Endovascular Extracardíaca do Hospital da Lagoa – **05** minutos. **3) Plano de Contingência** 2019 a 2020 – Zika, Chikungunya e Dengue. Apresentação - **30** minutos. Dra. Cristina Lemos – Discussão e Deliberação – **10** minutos. **4) Escolha** de representante suplente para o Comitê Estadual do Fórum Nacional de Saúde/CNJ – **10** minutos. **5) Comissão** de Educação Permanente - **30** minutos; **6) Comissões** do Conselho Municipal de Saúde - **10** minutos; **7) Informes** da Secretaria Executiva - **15** minutos; **8) Informes** da Gestão da SMS -

**10** minutos; **9)** Informes do Colegiado - **05** minutos por conselheiro. O **Secretário Executivo David Lima** cumprimentou a todos e chamou para compor a Mesa Executiva do Conselho Municipal de Saúde a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Representando os usuários a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** com a função de secretariar e o **conselheiro José Cosme dos Reis**. Representando os profissionais de saúde o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** e representando os gestores a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** com a função de fazer a leitura da pauta. Controladora do Tempo: **conselheira Júlia Daniela de Castro**. O **Secretário Executivo David Lima** passou a direção dos trabalhos para a Presidenta da Mesa. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura da pauta do dia. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a pauta que foi aprovada por maioria simples. Em seguida colocou para aprovação o **Ponto um**: Deliberação da ata de 15/01/2019, que também foi aprovada por maioria simples. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** passou para o **Ponto dois**: Deliberação dos processos – **09/004501/2016**. Assunto: Descrédenciamento **UNTR** – Unidade de Nefrologia, Diálise e Transplante Renal Ltda. Logo após fez o resumo do processo. A **conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno** perguntou o motivo que levou ao descrédenciamento. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** respondeu que foi a própria unidade de saúde que solicitou o descrédenciamento. Informou que a justificativa do descrédenciamento foi à falta de produção identificada pelo Ministério da Saúde por um determinado período. Disse que não havia produção nessa unidade. Nesse caso é o Ministério da Saúde que está descrédenciando a unidade. Prosseguindo, fez o resumo do processo **09/002273/2016**. Assunto: Habilitação de Serviço de Alta Complexidade em Cirurgia Endovascular Extracardiaca do Hospital Federal da Lagoa. Ao final da leitura a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação os dois processos, que foram aprovados por maioria simples com três abstenções, sendo uma com declaração de voto. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que respeita a decisão da AP-2.1 que aprovou o descrédenciamento do primeiro processo. Então perguntou aos membros da Mesa o que está sendo feito, em contrapartida, para o atendimento a esses pacientes. O **Secretário Executivo David Lima** informou que não é preciso responder declaração de voto. Prosseguindo, a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do **Ponto três**: Plano de Contingência 2019 a 2020 – Zika, Chikungunya e Dengue. Apresentação - 30 minutos. Dra. Cristina Lemos – Discussão e Deliberação – 10 minutos. Nesse momento, a **Dra. Cristina Lemos** deu início a apresentação utilizando-se de slides e comentários. Ao final, foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno** perguntou se colocam os dados no sistema. A **Dra. Cristina Lemos** disse que a conselheira perguntou se todos os números de casos estariam registrados no sistema. Nesse momento sua fala é interrompida pela **conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno** afirmando que fará três perguntas. A primeira dizendo que veio da parte do movimento HIV/AIDS e têm subnotificações enormes por falta de informação das pontas das bases no sistema. Entretanto espera que isso não aconteça com os dados que a doutora trouxe. Continuando, perguntou se existe uma efetividade na inclusão dos dados nas bases, nas pontas quando há o atendimento. A segunda pergunta foi o que falou a doutora que trouxe dados da febre amarela; doença que ouve falar muito. E por fim, a terceira pergunta é se há uma intersetorialidade do setor de arboviroses com outros porque viu que com a Secretaria Municipal de Educação têm bastante. Entretanto, na parte, por exemplo, de saneamento como é que é essa intersetorialidade? A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** falou das consequências das pessoas que tem os anticorpos das arboviroses e que vem mais tarde a desenvolver manifestações neurológicas graves, inclusive algumas até com risco de morte, como foi o caso de duas pessoas abordadas numa matéria que foram tratadas no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle. Ressaltou que tem visto e já leu alguns artigos sobre isso e tem se preocupado bastante. Perguntou se a prefeitura está pensando na questão de fazer um levantamento na população de pessoas que tenha esses anticorpos que já desenvolveram em algum momento a doença. Como foi dito na reportagem, pessoas que não manifestaram os sintomas, mas que vieram a desenvolver problemas sérios por consequência disso. Prosseguiu dizendo que muitas vezes por falta de conhecimento as pessoas vão para uma unidade de saúde onde quem as atende não sabe que aquilo é consequência de uma arboviroses fazendo com que a pessoa possa vir a óbito. Por isso, perguntou se estão pensando sobre isso de uma forma mais complexa e fora da Atenção

Básica por se tratar de uma questão de maior complexidade. Finalizando, indagou se a prefeitura já tem essa preocupação em relação às consequências pós arboviroses. Respondendo a conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno, a **Dra. Cristina Lemos** disse que a pergunta era sobre a inclusão de todos os casos. Informou que nunca terão tudo de todos os casos para qualquer doença. Primeiro porque têm um grupo de pessoas que procura serviço privado e o serviço privado às vezes esquece que têm que notificar a Vigilância em Saúde. Continuando, informou que não precisa ter o total de todos os agravos e sim a maior parte deles para que saiba o comportamento da doença na Cidade do Rio de Janeiro e assim poderem se preparar para quem os procurar. Então quando tem alguma epidemia comparam os anos das séries históricas e vê que tem mais ou menos sempre os mesmos números. Com isso, conseguem ter sempre uma representatividade para todos esses agravos, seja dengue, zika, chikungunya, sarampo, coqueluche porque sabe mais ou menos o comportamento da doença. Esses comportamentos são representativos da população para os membros da Vigilância em Saúde que conseguem se organizar para isso. Por esse motivo não têm a obrigatoriedade de ter cem por cento porque sabe que não terão mesmo. Dando prosseguimento, disse que gostaria de ter conhecimento de cem por cento. **Conselheira que não se identificou** afirmou que trabalha qualificando sempre os profissionais. Em resposta a **Dra. Cristina Lemos** disse concordar porque o trabalho da Vigilância em Saúde é investigar, fazer parceria com o setor privado para alertar a importância da notificação, inclusive fazem reuniões nos territórios com todos os parceiros de cada território. Em relação à intersectorialidade, informou que têm conversado muito com a Casa Civil e também com o grupo do escritório de planejamento sobre a discussão da cidade sustentável, da cidade saudável. Esclareceu que fizeram para esse grupo a apresentação dessas doenças, não só arboviroses mas doenças como Hepatite A cuja transmissão vem pela água e pelo alimento, além da leptospirose. Então têm participado bastante. Em relação à febre amarela, informou que a doença pode voltar acontecer tanto que em São Paulo já está acontecendo. Entretanto, para os membros da Vigilância em Saúde a febre amarela tem uma situação um pouco mais confortável porque tem vacina. Alertou ser importante que os conselheiros divulguem em seu território para quem ainda não se vacinou para que busquem a vacina nas unidades, principalmente agora que está sobrando vacina, não tem confusão, não tem fila porque podem vir a ter um novo episódio de aumento de febre amarela. Ressaltou que estão com oitenta e cinco por cento de cobertura da população e ainda tem que vacinar um grupo grande. Além de precisar buscar vacinar a população de sessenta anos ou mais que não estavam vacinando. Mas agora que capacitaram a Rede já sabem fazer uma classificação de risco de quem pode ou não tomar a vacina, inclusive a população de sessenta anos ou mais não precisa levar atestado médico porque chegando a unidade vão saber atender, ouvir o que a pessoa tem porque normalmente a pessoa tem hipertensão, diabetes ou qualquer outra intercorrência. **Conselheira que não se identificou** perguntou se pode levar um histórico. Novamente com a palavra, a doutora disse que pode levar o que quiser já que nada mais será impedimento para a vacinação. Reafirmou para que os conselheiros e os demais divulguem a vacinação principalmente porque agora é tempo de férias e as pessoas viajam para outras localidades. Portanto, é importante divulgar. Em relação às manifestações neurológicas ou outras complicações, pergunta feita pela conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa, a **Dra. Cristina Lemos** informou que são doenças que estão começando a conhecer agora. Por isso, acha que o mundo está usando o Brasil como um grande laboratório na evidência dessas complicações neurológicas tardias porque vai fazer três anos dessas doenças, pois, tudo é muito novo. Em relação ao Estado do Rio de Janeiro, informou que tem a vigilância das manifestações neurológicas. Esclareceu que participa praticamente de todos os colegiados da SUBHUE onde irá falar de arboviroses, falar da importância de qualquer quadro neurológico que não tem um diagnóstico porque tem que testar para arboviroses para ver se encontra alguma coisa e monitorar. Acredita que os membros da Vigilância em Saúde estão no caminho certo. Desde 2018 todos sabem que é preciso notificar complicações neurológicas se suspeitar, se tiver histórico de uma dessas doenças (Zika, Chikungunya etc.). A **Dra. Cristina Lemos** fez um alerta: Informou que nos três anos anteriores tiveram óbitos associados às arboviroses e estudaram todos eles. Disse que foi aberto o segundo bloco de perguntas. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que a doutora falou sobre a fiscalização, além de citar que muitas pessoas não tiram os objetos que acumulam água. Então perguntou qual é a posição da Vigilância Sanitária em

relação ao cidadão que não cumpre a lei. Sobre outro assunto, informou que os moradores não têm visto fiscalização nos bairros, pelo menos em seu bairro não tem conhecimento de que a Vigilância Sanitária está presente para fazer o trabalho que lhe compete. Então quando for fazer fiscalização a Vigilância Sanitária deveria contactar os representantes das associações de bairros para os moradores terem esse acompanhamento. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** informou que na área da AP-2.1 também não vê os membros da Vigilância Sanitária fazendo fiscalização, como faziam há alguns anos atrás, principalmente na Rocinha, que é uma área precária por falta de saneamento. Afirmou que têm muito ratos na AP-2.1, inclusive dentro da igreja que frequenta. Ressaltou que antigamente viam a Vigilância Sanitária colocar veneno para os ratos e agora não tem mais isso. Informou que não faz idéia da quantidade de doenças, de epidemias dentro da comunidade da Rocinha. Por esses motivos é preciso que a prefeitura tome providências em relação a esses casos; que enviem profissionais para fazer fiscalização, sanear e erradicar os ratos. Sobre as reuniões feitas pela Vigilância em Saúde, perguntou se são feitas dentro da prefeitura ou nas áreas. Também perguntou qual o motivo de não chamarem os representantes das comunidades para participarem dessas reuniões porque depois eles informarão os resultados dessas reuniões para o povo, pois esses representantes estão vendo os problemas. Respondendo as conselheiras Maria de Fátima Silva Pinto e Maria Edileusa Braga Freires, a **Dra. Cristina Lemos** informou que é da Vigilância em Saúde e não da Vigilância Sanitária. Esclareceu que a vistoria de imóveis não é atribuição da Vigilância Sanitária e sim dos agentes da Vigilância em Saúde. A Vigilância Sanitária atuará se for acionada. Em relação à questão do que pode ser feito às pessoas que conservam objetos que acumula água; disse ter pedido uma consulta formal a Vigilância Sanitária para ver qual é o dispositivo legal; se existe alguma lei que permita fazer alguma coisa com o morador que não cumpre com seus deveres de cidadão, ou seja, mantendo seu terreno limpo. Informou ainda que os membros da Vigilância Sanitária estão consultando as legislações para ver se tem alguma coisa que reze que possa autuar, multar nessa situação e numa situação de emergência. Sobre a questão dos membros da Vigilância em Saúde se reunir com os representantes das Áreas de Planejamento, informou que podem levar para a Coordenação de Área como está o entrosamento dos representantes para chamá-los para as reuniões. Mas normalmente são reuniões mais técnicas de treinamento de manejo clínico. Foi nesse sentido que a doutora falou e não de discussão de territórios. Entretanto, o que têm feito nas áreas é chamar os médicos e enfermeiros para fazer capacitação. Esclareceu a conselheira Maria Edileusa Braga Freires que irá alertar a CAP-2.1 sobre fiscalização e saneamento. Sobre os Agentes de Vigilância em Saúde, informou que são divididos pela cidade porque são poucos para cobrir a cidade toda. Então existem algumas áreas que não tem muita cobertura. Informou para a conselheira Maria Edileusa Braga Freires que não sabe dizer quantos agentes atuam na Rocinha. Ressaltou que irá procurar se informar para avisá-la, mas de qualquer forma pode enviar essa informação. Disse que qualquer coisa que vir a acontecer a conselheira pode se reportar a Coordenação de Saúde que irá fazer a avaliação do setor da AP-2.1. Sobre a questão dos ratos informou que não é atribuição da Vigilância em Saúde e sim da Comlurb. Nesse caso tem que falar com **1746** já que a Comlurb atende todos os chamados. Ressaltou que fizeram uma reunião com o pessoal da Comlurb e estão começando a retomar o programa do controle dos roedores. Garantiu ainda que reforçará esse pedido a Comlurb. Novamente foi aberto o bloco de perguntas. A **conselheira Alzira Prata Faria** disse que entendeu a doutora haver dito que fazem esse trabalho de educação e mobilização com a Secretaria Municipal de Educação. Então perguntou se têm feito algum trabalho com os projetos sociais por área porque a conselheira trabalha em um projeto social que trabalha com crianças, adolescentes e famílias. Disse achar muito importante fazer isso nesse momento porque no projeto social em que trabalha houve casos de funcionários que tiveram chikungunya e dengue no ano passado. Por isso, deseja saber como o projeto social pode buscar esse projeto de educação para fazer parceria. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** esclareceu que não fará pergunta e sim um alerta do que está acontecendo na AP-5.3: Informou que tem visto o trabalho intenso do pessoal da “divisão dez”, além da forma como trabalham com processos porque não existe um laboratório e eles têm que trabalhar numa sala improvisada que foi emprestada fazendo medição. Ressaltou que os materiais que usam são muito antigos. Os servidores trabalham em condições subhumanas. O laboratório que têm está despencando aos pedaços e até hoje ninguém deu uma solução. Prosseguiu informando

que é um protesto pela forma que esses servidores estão trabalhando. Sobre a fala da doutora referente à questão da mobilização, disse que até hoje não entende por que a saúde é um dos problemas da prefeitura. Por que quando se fala em mobilização da Secretaria Municipal de Educação (SME) para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) é uma dificuldade imensa. A SME assume certas coisas e não quer ter a SMS como parceria. Portanto, como é difícil fazer parceria com a SME para fazer divulgação. Informou ainda que saiu um projeto agora e a doutora falou que vai ter essa mobilização na escola. Se alguém da saúde tentar fazer alguma coisa em alguma escola vai passar por situação semelhante que aconteceu e o conselheiro presenciou: Um grupo de pessoas chegou a uma escola para falar sobre o problema das arboviroses e chikungunya. A forma como foram recebidos foi desse modo: “daqui a pouco vocês falam”; “agora não está na hora da entrada”; “espera aí os alunos estão na sala de aula”. Indignado disse não entender o porquê dessa divisão. Por que é tão difícil a integração da SME e SMS. Disse que gostaria que o representante da Casa Civil falasse com as Coordenações de Saúde do SEPE e das CREs para que os membros dessas tenham um pouco mais de respeito com as pessoas, pois irão fazer essa divulgação para que esses divulgadores não passem por isso e nem presenciassem o que o conselheiro presenciou. Ressaltou que sabe das dificuldades que aconteceram na questão da vacinação das crianças e também do jovem adolescente. Então tudo que a SMS propõe para a SME é uma dificuldade. Prosseguindo, disse que acontece na sua área e ele presencia que é a dificuldade dos aparelhos da prefeitura quebrar, mas quando o pessoal da Secretaria Municipal de Educação precisa da saúde é uma maravilha já que a Secretaria Municipal de Saúde está sempre de portas abertas. Informou também que existe uma dificuldade imensa para a Comlurb entrar nos colégios, fazer divulgação. Por isso, propôs conversarem com o Secretário da Casa Civil para ver se eles conseguem fazer o pessoal da SME entender que a SMS não é um dos problemas e sim um pouco a solução dos problemas. Pediu para levar essa mensagem ao Secretário da Casa Civil, o Senhor Paulo Messina. Logo após foi aberto novo ciclo de resposta. Em relação à pergunta da conselheira Alzira Prata Faria, a **Dra. Cristina Lemos** disse que a resposta que dará serve para todas as áreas. Esclareceu que todas as Coordenações de Saúde têm uma divisão de Vigilância em Saúde. Qualquer necessidade que os conselheiros tenham em fazer alguma palestra, algum informe de atividade que tenham, podem se dirigir a divisão de Vigilância em Saúde das suas respectivas AP's das Coordenações de Saúde. Em seguida perguntou qual era a AP da conselheira. A **conselheira Alzira Prata Faria** respondeu que é a 2.2. Retrucando, a doutora disse que irá falar com a doutora Renata que é a diretora da Vigilância em Saúde da CAP 2.2, da necessidade da conselheira. Afirmou que a mesma poderá procurar a doutora que, com certeza, irá ajudá-la. Entretanto, têm um pouco de material de divulgação que foi entregue pela Secretaria Estadual. Em relação à parceria informou que irá conversar com a superintendência de promoção sobre o interesse da conselheira em fazer uma parceria. Respondendo sobre a questão do laboratório ao conselheiro Geraldo Batista de Oliveira, esclareceu que já identificaram outro espaço para alocar o pessoal da “divisão dez”. Então parece que irão conseguir o laboratório faltando apenas o doutor Marcelo que é da área do conselheiro dar o aval. Pediu ajuda do conselheiro para falar com o doutor sobre isso. Sobre a relação da SME com a SMS informou que entende ser difícil porque o pessoal das CREs é rigoroso e não é sempre que têm boa receptividade. Informou que irá levar os problemas que estão tendo na AP-5.3 para a nova Secretária de Educação. Nesse momento foi aberto outro ciclo de perguntas. O **conselheiro Delair Caetano Gomes Filho** quer saber por que a SMS não faz a campanha de combate a dengue no período do inverno, aonde a proliferação do mosquito é mais demorada já que o mosquito demora mais a se reproduzir, pois em seu ponto de vista o tratamento seria mais eficaz. Em relação ao tratamento de ralos e terrenos, perguntou como a SMS se conduz nessa situação de dividir ralos e terrenos. Respondendo, a **Dra. Cristina Lemos** esclareceu que infelizmente e as vezes mudam o foco por outras questões. Quando chega o inverno começa a questão de vacinação da gripe e acabam perdendo o foco. Entretanto não deveriam deixar de fazer essa mobilização, inclusive porque perceberam que estas doenças acontecem nos meses de inverno. Ressaltou que é isso que acontece já que se direcionam para outros agravos que são mais importantes nessas épocas, por exemplo: a gripe, a febre amarela, o sarampo. Ressaltou que só acabam retomando o foco nos momentos teoricamente mais críticos para essas doenças. Sobre a questão dos terrenos e outras situações, informou que lamentavelmente a população não colabora. Por exemplo, na AP-4.0 houve um surto importante de

chikungunya em um terreno da Rua Quintanilha, onde até o convento foi afetado e várias freiras tiveram chikungunya. Lá chegaram junto com a Comlurb que removeu o lixo. Entretanto, dois dias depois estava tudo sujo de novo, cheio de pneus, entulho de obra e novamente a Comlurb recolheu tudo. Disse que estão monitorando esse terreno toda a semana. Entretanto, uma semana depois estava tudo sujo de novo. O maior desafio é a colaboração da população frente a essas questões porque quando tem conhecimento que um terreno está com foco e lixo vão lá e tratam e colocam o pó. Contudo, à noite é derrubado um caminhão de lixo com vários pneus. A doutora disse que não é um trabalho simples porque enquanto a população não se conscientizar de sua importância nesse processo; achando que a Vigilância em Saúde e a Comlurb vão dar conta e não vão dar. Então precisam muito dos conselheiros nessa discussão nos territórios, de cada um cuidar do seu terreno, de cada um cuidar do seu lixo. Só colocar lixo na rua nos dias de coleta; não jogar em qualquer lugar os seus inservíveis, ou seja, bens deteriorados como sofá, por exemplo. Ressaltou que esse desafio é enorme. Em relação a ralos, a **Dra. Cristina Lemos** perguntou em que sentido o conselheiro se referiu. O **conselheiro Delaír Caetano Gomes Filho** respondeu que é tratamento de ralos de águas pluviais e ralos de esgoto. A **Dra. Cristina Lemos** informou que quando têm uma localidade de números de casos aumentados colocam inseticida nos bueiros. O **conselheiro Delaír Caetano Gomes Filho** explicou que em relação aos ralos que não são vedados e os ralos que acumulam água usam inseticida residual para as paredes ou focal para água acumulada. Então se os ralos não acumulam água ou forem vedados não há necessidade de fazer tratamento químico porque o mosquito não tem acesso à água. A **conselheira Maria Lúcia Freitas Santos** disse que preocupação é um pouco do que já foi falado. Trata-se da questão do trabalho de “enxugar gelo” que é retirar a sujeira, remover lixo e outros materiais jogados em terrenos. Entretanto, sabe que não é só falar que o problema é a educação do povo, mas também não é só a educação porque ora tem educação e não tem o poder público e vice-versa e ora quando têm os dois e não têm instrumentos. Uma questão que acha ser importante para fazerem uma reflexão é quando se fala que a população tem que estar próxima, tem que ajudar. Quando a população recorre a um poder público local, este não se articula para responder de forma suficiente. Por esse motivo, sua pergunta é para pensarem qual o dispositivo podem fazer, deslocando para o nível local mais próximo da população mais próximo de quem pode ter as ferramentas para ajudar. Como os conselheiros poderão pensar a esse respeito porque acha que é do interesse do Conselho Municipal não apenas forçar uma atividade mais do campo educativo, mas forçar também para que tenha uma legislação apropriada aprovada pela Câmara Municipal. E que essa legislação induza o gestor local a ter responsabilidade sanitária sobre seu território. Respondendo, a **Dra. Cristina Lemos** esclareceu novamente que cada uma das áreas têm uma divisão de Vigilância em Saúde. É essa instância de chamar, de discutir; agora com dificuldade todas tem já que umas são melhores e outras nem tanto. Informou que teve uma Conferência Municipal de Vigilância em Saúde em 2017 e antes dessa conferência ela se fez presente nas reuniões distritais de cada Conselho Distrital de Saúde. Por isso, a participação nesses momentos é muito importante já que muitos não sabem o que é Vigilância em Saúde. Ressaltou que a Superintendência de Vigilância em Saúde está à disposição de todos os conselheiros para o que for preciso. Aplausos. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** estava para colocar em votação a deliberação do Plano de Contingência quando o **conselheiro Wilson Nilson da Rocha** disse que o Plano não foi apresentado porque o Plano pressupõe uma ação futura que não foi apresentada. A **Dra. Cristina Lemos** informou aos conselheiros que o Plano atual é igual ao anterior. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que os conselheiros querem um Plano de Contingência para Ações em Saúde. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** informou que todos os conselheiros terão acesso ao Plano para criticar, enviar dúvidas e sugestões. Entretanto, se não houver sugestão de alteração será colocado em votação na próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. O **Secretário Executivo David Lima** disse aos conselheiros que a Dra. Cristina Lemos irá encaminhar por e-mail o Plano para o Conselho Municipal de Saúde o qual irá encaminhar para cada conselheiro também por e-mail. Após esse longo debate ficou decidido de comum acordo que o Plano será colocado em votação na próxima reunião ordinária. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do **Ponto quatro**: Escolha de representante suplente para o Comitê Estadual do Fórum Nacional de Saúde/CNJ – 10 minutos. O **Secretário Executivo David Lima** explicou

que algum tempo atrás escolheram a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa para ser a representante. Esclareceu que o Comitê Estadual enviou um documento solicitando oficialmente qual o nome da suplente. Nesse momento surgiu um “burburinho” na sala de reunião. Prosseguindo, informou que o Conselho Municipal de Saúde é um Conselho de Entidades e não de pessoas físicas e que, por isso, quando escolheram a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa na verdade escolheram a ACADIM para representá-los. Portanto, a titular e a suplente são da ACADIM. Novo “burburinho” na sala de reunião. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação o nome da suplente da ACADIM para ser referendado e que foi aprovado por maioria simples dos presentes. Em seguida, a pedido de alguns conselheiros, solicitou ao Secretário Executivo David Lima para pedir a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa quando for ao Comitê Estadual para passar as informações recebidas para o Colegiado. Esclarecendo que isso serve para todos os representantes no Conselho Municipal de Saúde quando forem representar este Conselho de Saúde em reuniões oficiais. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do **Ponto cinco**: Comissão de Educação Permanente. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que os membros não enviaram ofício. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que enviou para o e-mail do comsaude. O **Secretário Executivo David Lima** retrucou que só foi enviado após a reunião da Comissão Executiva. Esclareceu que o documento rezava que teria um informe para passar na próxima reunião ordinária, ou seja, nessa. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que foi enviado antes. O **Secretário Executivo David Lima** disse que foi depois. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** concordou. Surgiu novo “burburinho” na sala de reunião. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** esclareceu que a Comissão Executiva se reúne no período de três a quatro horas e qualquer documento caso não chegue nesse período entrará como informe. Portanto, um membro do Colegiado pode se inscrever e dar o seu informe sobre o assunto. Dando prosseguimento, esclareceu que se quiserem fazer a apresentação na próxima reunião ordinária terão trinta minutos, mas antes disso terão que enviar ofício antecipadamente a Comissão Executiva ao se reunir. Houve concordância. Foi informado que a conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez foi inscrita para falar no ponto seis e seu tempo será de cinco minutos. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** como presidente dessa comissão deseja fazer essa solicitação de apresentação e que para isso precisa saber qual o dia da reunião da Comissão Executiva para poder entregar o ofício porque essa informação não foi passada. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que a conselheira não está participando da comissão agora, ao contrário, participa a um bom tempo da Comissão de Educação Permanente mesmo antes de ser presidente. Por isso, há muito tempo essa informação já foi colocada para essa comissão. A Comissão de Educação Permanente sempre mandou o relatório de faltas antes da reunião da Comissão Executiva que é realizada na primeira terça-feira de cada mês. Nesse dia a Comissão Executiva elabora a pauta da reunião do Colegiado. Informou que a conselheira Maria de Fátima Silva Pinto tem até a primeira terça-feira de cada mês para mandar a pauta da referida Comissão. Finalizou dizendo que essa orientação serve para o conselheiro de qualquer comissão que queira pautar algum assunto já que isso faz parte do Regimento Interno. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do **Ponto seis**: Comissões do Conselho Municipal de Saúde – 10 minutos. Representando a Comissão de Educação Permanente a **conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez** informou que montaram um plano de metas da Comissão de Educação Permanente para o ano de 2019. Esclareceu que irão cumprir com os princípios do Conselho Nacional de Saúde e o que foi aprovado no Ministério da Saúde em relação à Política Nacional de Educação Permanente vigente desde 2007. Por isso, pensaram em montar uma metodologia participativa e trazer diversos temas para serem articulados de março a dezembro de 2019. A idéia é trazer mensalmente pessoas para debater e refletir junto com o Conselho Municipal de Saúde (CMS/RJ) porque qual é a proposta e o que estão fazendo e realizando os conselheiros no CMS/RJ; não é o controle social. Por isso, os conselheiros devem usar a voz a favor, construir documentos juntos que realmente sejam representativos porque observa que cada conselheiro representa uma parte, um fragmento. A proposta da comissão é unir todos para que cada um chegue a um consenso e poderem de fato fazer algo para o bem comum. O objetivo é apresentar uma série chamada diálogos em cada mês e que versará sobre um tema voltado ao que está acontecendo na saúde. Por exemplo, setembro onde se fala do suicídio. Informou que trarão esses temas para serem discutidos a nível multiprofissional

para não ficar como se fosse uma coisa exclusiva de um grupo. Esclareceu ainda que hoje, por exemplo, existe uma política de saúde do trabalhador que liga a política de práticas integrativas e que se liga a saúde da mulher onde estarão buscando fazer essas relações onde todos estão presentes para o bem comum que é o SUS. Como estão em um momento muito precário precisam muito pensar em metas e diretrizes, principalmente para as conferências que serão realizadas. Precisam ser objetivos como nunca porque isso vai determinar o andamento do SUS daqui para frente, tanto nas conferências como em outros espaços onde usam a voz. Em seguida convidou a todos para estarem juntos na CEBES. Pediu para os conselheiros dialogarem com os membros da comissão trazendo cada um o tema que está pensando e o que gostaria que fosse abordado para ser apresentado em determinado mês porque estarão trabalhando juntos. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu que a conselheira enviasse esse material para a Comissão Executiva, que por sua vez enviará para os conselheiros tomarem conhecimento desse projeto antes de ser apresentado. A **conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez** respondeu que para o mês de fevereiro montou alguns slides bem objetivos com alguns resumos do que é a CEBES (slide um); a importância da articulação entre as políticas (slide dois) e dos objetivos dessa série (slide três). Atendendo ao pedido da Mesa enviará para a Comissão Executiva esse material e que gostaria de tê-lo apresentado hoje para que todos tenham acesso. Ressaltou que a partir de março irão começar com essa série. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que a conselheira poderá dar a introdução do material que seria apresentado hoje, no mês de março e depois começa a série. A Representante da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST, **conselheira Maria Angélica de Souza** informou que na plenária da CIST realizada em dezembro, elegeram uma nova Comissão Executiva da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador com mandato até dezembro de 2019. A próxima reunião será no dia 19 de fevereiro às 14 horas no auditório Meri Baran, caso não seja possível será na sala 649. A pauta será a apresentação do relatório das atividades de 2018, além da proposta para trabalho que é desenvolver ações para 2019. Ressaltou que todos os conselheiros estão convidados para fortalecer a participação. Esclareceu que a Saúde do Trabalhador é a única questão em relação ao trabalhador que ainda pode lutar porque os direitos trabalhistas, conquistados ao longo do tempo estão sendo totalmente excluídos. Então na saúde temos algumas questões ainda para defender. Novamente falando da reunião do dia 19 de fevereiro, afirmou que gostaria que os conselheiros se apropriassem do que farão enquanto ação. Primeiro a apresentarão na CIST e depois farão essa apresentação no Conselho Municipal de Saúde. Informou que, hoje, a Saúde do Trabalhador no Município do Rio de Janeiro teve uma conquista ao fazer parte da Atenção Básica. Informou ainda que já tem isso como meta e foi uma conquista que o Conselho Municipal de Saúde conseguiu. Prosseguiu informando que saúde como direito e saúde do trabalhador podem ser discutidas nas conferências distritais. Para isso, os conselheiros deverão levar para os grupos de trabalho esses dois temas. O representante da Comissão de Saúde Mental, **conselheiro Marinaldo Silva Santos** informou que todos sabem que o Ministério da Saúde através da política desse governo, que, aliás, já estava no governo anterior, está tentando acabar com a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Disse que a Comissão de Saúde Mental está lançando uma nota de repúdio através do Conselho Municipal de Saúde o qual deverá votar e deliberar essa nota de repúdio se assim entenderem seus membros e que também delibere que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro não deve aderir a essa nota técnica do Ministério da Saúde. Prosseguiu informando que fará a leitura da nota de repúdio para todos terem conhecimento e a partir disso uma votação de aprovação ou não da nota de repúdio e da deliberação. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** perguntou se o conselheiro trouxe a nota técnica para poderem votar. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** respondeu que não trouxe. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** pediu para que fosse deixada para a próxima reunião já que todos têm que ler a nota técnica para votar. Nesse momento surgiu um novo “burburinho” na sala de reunião. Para tranquilizar a todos **conselheira que não se identificou** informou que na primeira conferência distrital realizada na AP-5.1, colocaram como uma das propostas que vão continuar reafirmando a política de desinstitucionalização, de ampliação dos CAPS adotada até hoje porque é a política que os membros da Secretaria Municipal de Saúde praticam e entendem. Ressaltou também não acreditar na nota do Ministério da Saúde, pois entende isso como um retrocesso. Disse que a Secretaria Municipal de Saúde vai manter o que está



planejado. Entretanto, para votar a nota de repúdio é bom que todos leiam os parágrafos da nota técnica. A **conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez** disse que no mês passado deu um informe sobre o “Janeiro Branco” e perguntou pela Comissão de Saúde Mental, pois achou que estava ausente há muito tempo. Informou aos conselheiros da Secretaria Municipal de Saúde que durante o “Janeiro Branco” não teve movimento nas unidades de saúde e acha que tinha que ter. Prosseguiu informando aos membros da Comissão de Saúde Mental que é melhor encaminharem isso o quanto antes, pois não sabe se mês que vem vai dar. Disse que poderiam encaminhar algo agora para conseguirem ter mais acesso as informações. Surgiu novo “burburinho” na sala de reunião. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que todos têm que ler a nota técnica porque cada um tem uma interpretação. É preciso analisar se é isso mesmo. Em relação à política de educação mental informou que estão com problemas nos CAPSi. Outro “burburinho” na sala de reunião. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que o conselheiro Marinaldo Silva Santos entregou-lhe o documento. Entretanto o documento tem que passar primeiro pela Comissão Executiva. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** afirmou que concordou com a fala da conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez porque se ficar para a próxima reunião do Colegiado vai perder tempo. Outro “burburinho” na sala de reunião. Após longo tempo finalmente chegaram a um acordo; o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** concordou em passar o documento para a Comissão Executiva analisar e depois ser deliberado na próxima reunião ordinária. Esclareceu que isso irá criar problemas para outras votações já que as exigências serão sempre as mesmas porque se refere a isso, traga isso, porque o que for falado não terá veracidade até ser comprovado. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** informou que irão combinar que a partir de agora toda e qualquer situação que precise de votação tem que passar pela Comissão Executiva para entrar na pauta. Em seguida, perguntou se todos têm o calendário da Comissão Executiva para enviar o assunto que quiser. Por isso, o que não chegar à Comissão Executiva, no prazo certo, quando chegar ao Conselho Municipal de Saúde não vão analisá-lo mesmo se pedirem porque já sabem que não vai valer. Assim fica igual para todos, senão abre exceção para um e não abre para outro que irá ficar chateado a não ser que seja questões de vida ou morte aí é diferente. O **conselheiro Wilson Nilson da Rocha** disse que esse deveria ser o procedimento normal, ou seja, tudo que chegar ao CMS/RJ a Comissão Executiva colocaria na pauta. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do **Ponto sete**: Informes da Secretaria Executiva. O **Secretário Executivo David Lima** informou que já começou a Conferência Municipal de Saúde com suas etapas distritais: No último sábado e domingo teve a Conferência Distrital de Saúde da AP-5.1 que foi um grande sucesso. Esclareceu que muitas pessoas compareceram e também teve propostas bastante lúcidas, além de discussões acaloradas, mas dentro do respeito e sem nenhum incidente grave. Por isso, parabenizou o presidente distrital e conselheiro Ludugério Antonio da Silva. Aplausos. Afirmou que ninguém reclamou, ao contrário, as pessoas estavam se doando. Em seguida, parabenizou a todos que contribuíram. Prosseguindo fez a leitura do Calendário das Conferências Distritais: a Conferência Distrital da AP-2.2 será realizada nos dias 13 e 14 de fevereiro (quarta e quinta). A abertura será no dia 13 às 18 horas no auditório do Conselho Distrital que fica na Rua Conde de Bonfim nº 764, bairro da Tijuca. A Conferência Distrital da AP-5.3 será realizada nos dias 15 e 16 de fevereiro (sexta e sábado). Local: Ecomuseu de Santa Cruz, localizado na Rua das Palmeiras Imperiais nº 43 (antiga Rua do Matadouro) das 08 até 17 horas. A Conferência Distrital da AP-5.2 será realizada nos dias 22 e 23 de fevereiro (sexta e sábado). Local: Primeira Igreja Batista de Campo Grande, localizado na Rua Ferreira Borges nº 54, bairro de Campo Grande. A abertura será dia 22 às 10 horas da manhã. Ainda sobre o CDS da AP-5.2 foi solicitado para constar em ata a denúncia sobre os Vigilantes que estão com os seus salários atrasados e que paralisaram suas atividades. Hoje, as unidades de saúde da Atenção Básica estão sem vigilância. Em relação aos motoristas que prestam serviço aos Conselhos Distritais, também estão com os salários atrasados desde novembro de 2018. Além disso, o combustível para os veículos sempre demora a chegar e as atividades do Conselho Distrital começam tarde o que prejudica os trabalhos nas áreas a serem visitadas. Retomando o assunto sobre o andamento das conferências informou que os calendários estão disponíveis na página do Conselho Municipal de Saúde, no site da Secretaria Municipal de Saúde. Para isso, basta acessar o link (<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/conselho-municipal-de-saude>). Para verem o calendário

completo das conferências distritais além de outras informações é só clicarem no logotipo da 13ª Conferência Municipal de Saúde, localizado acima no lado direito do site. Dentro verão fotos e o calendário. Ressaltou que mencionou apenas as conferências que estão confirmadas. Entretanto adiantou que a Conferência Distrital da AP-3.3 será nos dias 08 e 09 de março (sexta e sábado) depois do carnaval. Local: Salão principal do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, localizado na Avenida Ernani Cardoso, nº 183, Cascadura. Ressaltou ainda que o site será atualizado na medida que forem confirmadas as conferências distritais que deverão acontecer. Salientou que as conferências que faltam fechar alguns detalhes como horário e/ou local são: Conferência Distrital da AP-4.0 que será no dia 16 de março (sábado). A Conferência Distrital da AP-2.1 que será no dia 14 de março (quinta). A Conferência Distrital da AP-3.2 que será nos dias 18 e 19 de março (segunda e terça). A Conferência Distrital da AP-1.0 será nos dias 20 e 21 de março (quarta e quinta). A Conferência Distrital da AP-3.1 será nos dias 22 e 23 de março (sexta e sábado). Informou também que essa já tem local definido e será no auditório Rodolpho Paulo Rocco ou no Prédio do Centro de Ciências da Saúde/UFRJ – Ilha do Fundão, Avenida Carlos Chagas Filho nº 373, Bloco K das 08 às 17 horas. Quanto a **13ª Conferência Municipal de Saúde será realizada nos dias 12, 13 e 14 de Abril** e já tem local definido. Será no mesmo endereço da Conferência Distrital da AP-3.1, ou seja, no Fundão, Auditório, também do lado da Rodoviária do BRT que fica próxima a pista onde embarca nos ônibus sem ser do BRT. Explicou que terá estacionamento gratuito para quem quiser ficar e com o BRT próximo que vem de todos os lugares. Também informou que a **Conferência Estadual será nos dias 24, 25 e 26 de maio**. Entretanto não tem local e nem regimento. Sobre a **16ª Conferência Nacional de Saúde será nos dias 04, 05, 06 e 07 de agosto**. Não tem local e outras informações. Porém tem regimento. Reafirmou para os conselheiros olharem sempre o site do Conselho Municipal de Saúde porque colocarão todas as informações da conferência nesse site. Por hora era isso que a Secretaria Executiva tinha que informar. A **conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno** indagou se pode chamar qualquer usuário para participar desse espaço. O **Secretário Executivo David Lima** esclareceu que não é bem assim. Esclareceu que tudo é planejado antes e por isso, precisam ter ciência do quantitativo de pessoas para poder arrumar um espaço que seja suficiente, uma estrutura que seja adequada. Prosseguiu esclarecendo que as conferências distritais são organizadas da seguinte forma: tem um número de entidades legalizadas no Conselho Distrital de Saúde. Além disso, pode arrumar mais entidades para legalizar e essas poderão ser delegadas até o limite do número de Unidades de Saúde Pública existentes na área. Em seguida deu um exemplo para não ficar tão complicado de entender: vamos supor que temos vinte unidades de saúde pública na área e temos mais um número de unidades de saúde privadas conveniadas com o SUS. Então pegaremos essas vinte unidades de saúde pública para formar um feixe com essas unidades privadas conveniadas. Suponhamos que deu vinte e quatro esse número. Isso significa que pode colocar quarenta e oito entidades de usuários na conferência distrital. Para fazer isso, tem que ser entidades legais, tem que apresentar documentação. Vamos supor novamente que não conseguiu os quarenta e oito já que só conseguiu vinte. Então iremos escrever as vinte. Logo só teremos a participação de gestor e profissional da seguinte forma: dez gestores como delegados e dez gestores como profissionais. Os profissionais irão escolher nas unidades saúde quem serão os seus representantes. Os gestores irão escolher quem serão seus representantes nas outras dez unidades também. Digamos que eu fiquei com quarenta delegados, ou seja, vinte de entidades de usuários mais dez de gestores e mais dez de profissional porque tem que ser paritário que é uma paridade de 50% para usuário, 25% para gestor e 25% para profissional. Portanto, estou com quarenta delegados. Desses quarenta delegados eu posso levar 10% de convidados e aí não inclui palestrantes porque eles irão somente para dar palestra e ir embora. Vamos então colocar 10% de convidados e 10% do número total entre delegados e convidados de observadores. Esclareceu que irão chamar também os palestrantes livres que na Conferência Municipal de Saúde são os observadores. Voltando ao raciocínio, disse que tiveram quarenta delegados com 10% que dará quatro convidados que somados darão quarenta e quatro. Desses 10% de quarenta e quatro teremos 4,4 observadores que totalizará cinco. Então teremos uma conferência com cinquenta pessoas presentes. Afirmou que é um exemplo pequeno porque cada conselho distrital tem uma realidade diferente do outro: Alguns têm mais entidades enquanto que outros menos. Alguns estão correndo atrás de mais entidades para ter mais gente. Ressaltou que a próxima Conferência Nacional de

Saúde será muito atípica porque o Conselho Nacional de Saúde resolveu fazê-la às pressas. Informou também que normalmente a Conferência Nacional de Saúde ocorre no mês de dezembro e agora será no mês de agosto. Por isso, os prazos ainda mais que têm as Conferências Distritais de Saúde ficaram muito curtos. Disse que estão tentando, dentro da medida do possível, fazer o trabalho que lhes cabe. Porém há de chegar o dia em que terão um tipo de participação realmente livre, em que se possa ter um número de pessoas que se manifestem e falem. Reafirmou que há de chegar esse dia, mas ainda precisam de muita organização para que isso aconteça. Retomando o raciocínio do exemplo, disse que sairá delegados das Conferências Distritais de Saúde para a Conferência Municipal de Saúde onde só poderá ser delegado na Conferência Municipal de Saúde os que foram delegados nas Conferências Distritais de Saúde. A Conferência Distrital não leva convidados para a Conferência Municipal de Saúde porque convidados da Conferência Municipal são convidados da Conferência Municipal. Só pode levar observador para a Conferência Municipal de Saúde se forem como participantes livres e mesmo assim cada um só poderá ir por sua conta e risco porque vai chegar na Conferência Municipal de Saúde para concorrer com os demais observadores que vier de outros lugares. Afirmou que é assim e também acha que conseguiu dar um esclarecimento geral a todos. A **conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno** agradeceu e disse que também estão em participação comunitária, mas quando leem os artigos referente a representação comunitária veem que nem livro tem. E como trabalha com jovens e adolescentes há doze anos e eles falam: Regina é difícilimo entrar ali porque são sempre, basicamente, as mesmas pessoas. E não têm como fazer eles entrarem. O **Secretário Executivo David Lima** afirmou que vai cometer um equívoco, mas que valerá a pena. Antes de prosseguir pediu desculpas a Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes e aos membros da Mesa. Disse que precisam incentivar esses jovens a se institucionalizarem; infelizmente porque assim como eles sabe que eles participam, representam e discutem. No Conselho Municipal de Saúde tem muita gente que é de uma entidade formal e sequer discute com a sua entidade o que acontece no Pleno. Então precisam mostrar que há uma ordem, porque nesse Colegiado os conselhos distritais como todos podem observar, ter uma formalidade que devem seguir porque nesse lugar se aprova documentos, aprova verbas, aprova coisas que vão influenciar no Ministério da Saúde. Infelizmente precisam ter essa ordem que gostaria muito, pois militou no movimento estudantil, militou no movimento sindical e o movimento estudantil era ótimo porque tinha muito pouco de espontaneidade, mas era outra “cabeça”, outro tempo, outra história. Bem, era isso que tinha para dar como informe. Agradeceu a Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes e aos membros da Mesa a oportunidade de prestar mais um esclarecimento. Uma observação: o ponto oito não foi apresentado. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do **Ponto nove**: Informes do Colegiado. O **Secretário Executivo David Lima** se desculpou porque deseja complementar sua fala anterior. Informou que os conselheiros titulares que estão com suas entidades reguladas pelo Conselho Municipal de Saúde são delegados natos na Conferência Municipal de Saúde. Outro detalhe: as propostas a serem observadas na Conferência Municipal de Saúde são apenas as que vierem das conferências distritais. Portanto, o conselheiro que quiser passar alguma informação ou similar precisa participar da conferência distrital de saúde de sua área e conversar com o delegado para tentar passar uma proposta. Ressaltou que é assim que funciona porque tem que se articular. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que só quer entender porque se falou em titular. Antecipando-se o **Secretário Executivo David Lima** esclareceu que se o conselheiro titular não puder ir o seu suplente irá. Dando prosseguimento ao informe do Colegiado, o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** pediu para deixar registrado o que irá explanar. Informou que foi muito difícil para todos os conselheiros distritais realizar a Conferência Distrital de Saúde da AP-5.1. Porém cumpriram com a meta que lhes cabia. Ressaltou que a realização se deu sábado e domingo e hoje foi entregue o relatório aos membros da Mesa. Salientou que durante essa reunião foi falado sobre dois temas: saúde mental e saúde do trabalhador. Disse que faz parte dessas duas comissões e pediu as áreas programáticas e aos outros conselhos distritais que não deixem de discutir e apresentar suas propostas. Baseado nisso, informou que não participa apenas do Conselho Municipal de Saúde já que teve outras participações na ALERJ, na Câmara Municipal de Vereadores, na FIOCRUZ, no Conselho Estadual e em outros. Apresentando um documento pediu que ficasse registrado que é para o Conselho Municipal de Saúde, ou seja, é para a Secretaria Municipal de Saúde. Em seguida, entregou

o documento a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres para que fizesse o favor de ler. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** disse que é um ofício de nº 023 de 11 de fevereiro de 2019. Logo após fez a leitura: “Prezado Senhor: o Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP-5.1- Bangu, Rio de Janeiro, Sr. Ludugério Antonio da Silva e sua executiva, vêem mui respeitosamente encaminhar a V.S.<sup>a</sup>, a Comissão Organizadora da XIII Conferência Distrital de Saúde da AP-5.1 para o CMS/RJ: 01 – Relatório Final da XIII Conferência Distrital de Saúde; 02) Relação dos Delegados Eleitos para participarem da 13ª Conferência Municipal de Saúde dias 12,13 e 14 de abril de 2019. Queremos parabenizar e agradecer pela presença e contribuição do Evento: 01 – Sr<sup>a</sup> Maria de Fátima Gustavo Lopes. 02 – Dr. David Salvador de Lima Filho. 03 - Sr<sup>a</sup> Julia Daniela de Castro. 04 – Dr<sup>a</sup>. Dayse Demori Gomes da Silva Peres. 05 – Professora Junia da Academia Carioca. 06 – Dr. Alexandre Campos e Esposa. 07- Sr<sup>a</sup> Carmem Sandra da Silva Peres. 08 – Sr<sup>a</sup> Neide Maria Neres Tinoco. 09 – Representante da SUBPAV – Luciane Bragança. 10 – Representante da SUBHUE – Dr<sup>a</sup> Catia Costa da Silva. 11- Sr<sup>a</sup> Carol Mittos da Comunicação Social. 12 – Sr<sup>a</sup> Fátima - Fotógrafa do Evento. 13 – Sr. Nereu Lopes (esposo da Fátima, Presidente do CMS/RJ). Segue em anexo relação e o relatório final da XIII Conferência. Com o final da leitura o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** pediu para dar outro informe sobre a área da AP- 4.0. Falando para o conselheiro Adelton Gunzburger, informou que ficou muito triste ontem ao assistir pela manhã no RJ TV uma entrevista do governador dizendo que irá fechar o Hospital Santa Maria. Indignado perguntou se é mais uma “Clínica Genoveva” que vai fechar e que opção terão os pacientes. Pediu para os conselheiros analisarem e discutirem sobre isso porque quando a Clínica Genoveva foi fechada os idosos não tiveram outra opção até hoje. Finalizando agradeceu. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que o Secretário Executivo David Lima fez um apontamento. Reafirmou que as propostas virão das AP's e, é necessário que os conselheiros participem colocando suas propostas durante a Conferência Municipal de Saúde nos grupos. A **conselheira Regina Clélia de Oliveira Bueno** disse que não sabe se pode participar. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que ela poderá participar como observadora. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezessete horas e eu **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes